

NÃO DOCENTES EM ACÇÃO

CONGRESSO DA FNE



Aliás, antes de nos reportarmos à matéria objecto das intervenções, é um dever salientar o trabalho de prévia preparação dos não docentes para o Congresso, no sentido de que houvesse uma forte participação, intervenções suscitadas pelo momento especial que a classe atravessa em relação à negociação do seu futuro Estatuto.

Quem não se sente ...

Lembremos, no entanto, o teor de algumas vozes. Por muito que nos custe assumir, uma significativa percentagem dos nossos colegas não docentes, auferem vencimentos abaixo de uma bitola de razoabilidade. E no Congresso houve vozes protestando contra tal estado de coisas. Mas não é natural que assim tivesse acontecido? Chefes de família - homens e mulheres - que ganham uma média de sessenta contos mensais, não hão-de esperar que melhore a sua situação, em função das mudanças previsíveis nas suas carreiras, num horizonte de tempo razoável?

Outra preocupação relaciona-se com a necessidade de formação contínua e, inclusive, com a pertinência de articular a frequência de acções de formação com os mecanismos de progressão e promoção nas carreiras.

Também houve quem se tivesse feito ouvir

O V Congresso da FNE constitui um importantíssimo momento de afirmação do Pessoal não Docente - Técnicos, Administrativos e Auxiliares da Acção Educativa - que, filiados nos STAAE, souberam comunicar àquela Assembleia d cerca de setecentos delegados de todos os Trabalhadores da Educação representados na Federação o que consideram mais pertinente.

em relação ao que, infelizmente, ainda acontece em algumas escolas quanto à discriminação do pessoal. Se é certo que tais atitudes vão rareando, o facto é que a Escola não é uma redoma e, portanto, é perfeitamente possível que ocorram atitudes de sobrançeria, falta de respeito pela dignidade profissional daqueles que, apesar de não poderem apresentar graus académicos, desempenham tarefas e funções de inequívoca mais valia educativa, com incedível empenho, no acompanhamento quotidiano das gerações do futuro, ao lado dos Trabalhadores Docentes.

O Estatuto

A circunstância de se estar em fase de negociação do Estatuto das Carreiras do Pessoal não Docente dos estabelecimentos de Educação e de ensino não superior, está sendo aproveitada por estes trabalhadores da Educação no sentido de evidenciarem as condições de trabalho e, na realidade, as enormes dificuldades com que se deparam no dia a dia para corresponderem à expectativa das famílias que confiam as crianças e jovens às escolas.

É certo que, por exemplo, os Auxiliares de Acção Educativa são trabalhadores da Administração Pública, coincidindo na sua condição de funcionários, com tantos outros que exercem a sua actividade em corredores de hospitais ou de tribunais, ministérios, etc. Pede-

NÃO DOCENTES EM ACÇÃO

CONGRESSO DA FNE

se, no entanto, ao Auxiliar de Acção Educativa, dele se espera, às vezes se exige que intervenha junto de crianças e jovens isolados ou em grupo, contribuindo para a resolução de conflitos mais ou menos significativos, por vezes não podendo isentar-se ao envolvimento em questões emocionais, de melindre, perturbações psicológicas afectando os alunos, num quadro de estreita colaboração com directores de turma, com os professores em geral, com a direcção da escola.

Desta simples reflexão decorre a necessidade de Estatuto que, em todas as vertentes, i.e., Regime Jurídico, Conteúdos Funcionais e Remunerações, constitua uma inequívoca carta de referência, perfeitamente operacional enquanto estes trabalhadores mantiverem a sua como uma das carreiras do Regime Geral, Estatuto também com aptidão a evoluir para uma situação em que, no futuro, estes funcionários optem por uma carreira específica e, para tanto, objectivem uma luta afim.

Actualmente, sejamos claros, não se coloca o problema de pretender uma carreira específica mas, tão somente, o de negociar um documento que na sua qualidade de Estatuto de um determinado estrato de pessoal da Administração Pública, não seja um repositório de artigos que, constantemente, remetam para a Lei geral ... Se se trata de pessoal com especial enquadramento, naturalmente, o seu Estatuto deve espelhar as diferenças.

O que pode e deve acontecer, independentemente da publicação do Estatuto - que é um facto adquirido - é que se negocie e estabeleça, sem margem para dúvidas, um calendário de regularização de situações, na actualidade, perfeitamente caricatas como sejam as que se referem à manutenção de colegas, na mesma categoria, sem qualquer promoção, às vezes durante dez, quinze e mais anos ...

Temos que negociar com o Governo um calendário de recuperação de atrasados que faça justiça a tantos colegas mal tratados pela Administração e que, ao fim e ao cabo, faça jus à ideia de que o Estado é de Direito e pessoa de bem.

Em sede de negociação do Estatuto, mantemos as nossas reivindicações de sempre, a saber, e, fundamentalmente, a necessidade do quadro privativo de Escola - princípio que, aliás, o Secretário de Estado Oliveira Martins, perfilha a ponto de nos ter afirmado que ele próprio já escrevera neste sentido, em artigo oportunamente publicado - e abertura de concursos de tal modo obedecendo aos mecanismos da Lei vigente, que assim possa funcionar o princípio da motivação do pessoal. Efectivamente, o que motiva o pessoal não é o aumento anual, mais ou menos próximo de um índice que compense o desgaste observado pela inflação dos preços mas, isso sim, saber que em tempo útil e oportuno, a Administração Educativa está atenta para a abertura de concursos, funcionando o princípio da promoção a que o pessoal tem direito obviamente garantido.

Técnicos Superiores

Já está a funcionar na FNE o núcleo de Técnicos Superiores do Ministério da Educação. Na sequência de diligências da própria Secretaria Geral, do Presidente do STAAE Sul, e de Técnicos do referido núcleo, está em curso no Ministério da Educação um estudo promovido no âmbito da Secretaria Geral no sentido de descongelamento das carreiras que tanto tem negativamente afectado estes trabalhadores.

Trata-se, naturalmente, de um trabalho que se adivinha com alguma morosidade, para o qual estamos decididamente atentos, tendo conhecimento que o próprio Ministro está empenhado na resolução do problema.

João Cachado